

EDUARDO PRADO COELHO OU AS DISSIDÊNCIAS POLÍTICAS DE UM NÓMADA INTELECTUAL

*Eduardo Prado Coelho or the political
dissences of an intellectual nomad*

JOÃO MOREIRA

joaomoreira.iscte@gmail.com

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2408-3790>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-7_1

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 01/03/2021

Biblos. Número 7, 2021 • 3.^a Série

pp. 15-37

RESUMO.

Este artigo lança alguns dados sobre o percurso político e ideológico do intelectual português Eduardo Prado Coelho (1944-2007) entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980. Com uma abordagem focada na sua intervenção pública e na sua correspondência privada, este estudo procura evidenciar e explicar, de forma exploratória, sucessivos períodos da vida político-partidária de um dos mais marcantes intelectuais da segunda metade do século XX português.

Palavras-chave: Democracia; Dissidência; Esquerda; Marxismo; Socialismo.

ABSTRACT.

This article launches some data on the political and ideological path of the Portuguese intellectual Eduardo Prado Coelho (1944-2007) between the middle 1960's and the middle 1980's. With an approach focused on public intervention and in his private correspondence, this study seeks to highlight and explain, albeit in an exploratory way, successive periods of partisan political life of one of the most outstanding intellectuals of the portuguese second half of the 20th century.

Keywords: Democracy; Dissidency; Left; Marxism; Socialism.

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que tem acontecido com outros intelectuais portugueses da segunda metade do século XX, Eduardo Prado Coelho (EPC) tem sido um autor pouco estudado. À exceção de duas entradas em Dicionários – a saber, *Dicionário da literatura* (2002) e *Dicionário de história de Portugal. O 25 de Abril* (2016) – e da referência ao debate público que travou com Lourenço em 1975, incluídas em *Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa*, de Miguel Real (2008), nada mais relativo ao percurso político-ideológico de EPC foi até hoje publicado.

Com efeito, este artigo procura, por um lado, contrariar a escassez de estudos sobre um pensador dificilmente catalogável que, desde meados da década de 1960, contribuiu de forma decisiva para a modernização do discurso cultural e político em Portugal, e, por outro, enquadrar as sucessivas dissidências de um intelectual comprometido com o campo político e ideológico da esquerda e, sobretudo, com alguns dos seus mais difíceis debates.

A FORMAÇÃO E A MATRIZ DE UM ESPÍRITO NÓMADA E DISSIDENTE

Em *O Espírito nómada*, Kenneth White procurou problematizar e definir a expressão que deu nome àquela obra. Nas suas palavras, o nómada intelectual não se dirige para um lugar definido – muito menos de forma linear. Antes “evolui num espaço”, por vezes “difuso” ou “disperso”, constituído por “luzes”, “coordenadas”, “correlações” em frequente mutação (White, 2008: 12-13). Por sua vez, em *Dicionário político*, Gianfranco Pasquino avançou com uma definição de dissenso que compreende uma “forma de desacordo e de atitude negativa em relação ao sistema político ou aos seus aspetos mais específicos”. Curiosamente, a proposta do autor italiano enquadra-se na formulação de White, dado que o dissenso é por aquele compreendido como algo que “existe logicamente *antes* do encontro-choque com a norma” (Bobbio; et al., 1998: 361-362; sublinhado meu). No que a este estudo interessa, as duas formulações oferecem uma luz sobre a condição de dissidente que marcou o percurso político, partidário e ideológico de EPC.

Nascido em 1944 e formado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1967, EPC conheceu pessoalmente as lutas das oposições ao Estado Novo, não desde a crise académica de 1962, enquanto estudante, mas desde muito cedo no seu meio familiar: o futuro crítico literário não só era filho de Jacinto do Prado Coelho, como era afilhado de António José Saraiva – um dos principais rostos da oposição ao Estado Novo desde a década de 1950. Foi ainda no contexto da sua adolescência que tomou contacto com outros intelectuais associados à oposição ao regime, como os escritores Urbano Tavares Rodrigues e David Mourão Ferreira, assistentes de seu pai na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Mário Dionísio, seu professor no Liceu Camões.

Eduardo Lourenço – de quem se tornou cúmplice – reconheceu alguns anos depois que os intelectuais portugueses “conhece[m] de cor as mais ridículas intrigas da vida política francesa” (Lourenço, 2013: 73) e EPC – que, ao contrário de Lourenço, não viveu a maior parte da sua vida em França, mas apenas alguns anos – sumariou na sua intervenção pública essa faculdade, acrescentando à “vida política” o debate cultural. Estas considerações não se baseiam apenas na obra publicada pelo autor, mas também no seu arquivo (sedeado na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão) que é, nesse aspeto, particularmente elucidativo. EPC guardou consigo numerosas edições de revistas e jornais franceses, entre elas, sucessivos números de *Tel Quel* – publicação de fundo estruturalista e pós-estruturalista – e de *Esprit* – revista marcada, a partir da década de 1970, pela crítica ao *totalitarismo* soviético e pela tentativa de criação de uma terceira via entre o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Socialista (francês). À luz destes factos não surpreende a frequente referência ou alusão a autores e debates com origem em França que percorreu a sua intervenção. O próprio EPC reconhecia-se, aliás, como um “afrancesado” (Coelho, 1994: 6).

Refira-se, portanto, a particular atenção deste ensaísta cosmopolita “às flutuações do pensamento contemporâneo” – da “filosofia da linguagem” à “semiótica”, da “teoria do texto” à “psicanálise”, do “feminismo” aos “movimentos sociais” – que comentou e analisou sucessivamente, sintetizando na sua intervenção a “euforia teórica da época” (Coelho, 1997: 46). Note-se a

esse respeito o impacto da psicanálise na sua intervenção enquanto “elemento subversivo e desconstrutor dos formalismos institucionalizados e fossilizados” (Coelho, 1979b: 14), e o facto de EPC ter estado entre os intelectuais portugueses mais atentos à novidade cultural – o que certamente potenciou a sua predisposição para a “provocação intelectual” (Coelho, 2002: 224).

Iniciado nos caminhos da crítica, em 1963, com apenas dezanove anos, EPC tornou-se presença assídua nas páginas de publicações de matriz oposicionista, nomeadamente nas revistas *Vértice* e *Seara Nova* e no jornal *Diário de Lisboa*, versando, regra geral, sobre literatura, mas também sobre cinema. Na segunda metade da década de 1960 colaborou também com a revista *O Tempo e o Modo*, evidenciando-se, então, como *divulgador* da corrente estruturalista em Portugal. Foi nessa condição que, em 1968, traduziu e organizou *Estruturalismo. Antologia de textos teóricos* – livro composto por passagens de obras de autores associados àquela vaga, mas não apenas. Pela primeira vez, com a publicação deste livro, a larga maioria dos estruturalistas – entre eles Foucault, Lacan e Lévi-Strauss – conheceu publicação em Portugal.

Precisamente na introdução deste livro, EPC expôs, de forma resumida, o modo como entendia a relação entre estruturalismo e marxismo, ao afirmar que “o “estruturalismo” não é uma filosofia a mais a contrapor-se à dialética materialista, [a qual] [...] diz o progresso-síntese de que a nossa esperança se tece” (Coelho, 1968: IV). Marxismo e estruturalismo não eram, portanto, dois campos teóricos que se opunham. Ao contrário, podiam mesmo complementar-se.

A partir deste entendimento é possível compreender o impacto de um autor como Louis Althusser em EPC. Filósofo marxista-estruturalista e membro do PCF, Althusser empenhou-se ao longo da década de 1960 em evidenciar o que designava de *corte epistemológico* entre o *jovem* Marx (humanista, dos *Manuscritos económico-filosóficos*) e o Marx *maduro* (materialista dialético, d’*O capital*). Nesse sentido, o filósofo francês procurou deslegitimar e refutar não apenas os humanismos de uma forma geral, mas particularmente as leituras *humanistas* que então se faziam sobre a obra de Karl Marx e sobre a sua alegada continuidade (ou, pelo menos, evolução).

Aos vinte e um anos, em 1965, a marca de leitura do autor francês era já evidente na sua intervenção “polemicamente anti-humanista, porque teorica-

mente a-humanista” (Coelho, 1972: 113). Num artigo intitulado “Humanismo e ideologia”, o jovem ensaísta subscrevia, por um lado, a crítica de Althusser ao humanismo expressa na “tese de uma essência universal do homem” e, por outro, a sua conclusão: a tese althusseriana de que “o pensamento dialético é um anti-humanismo teórico”. Desse modo, o autor português notava que pese embora o conjunto de características comuns a todos os homens, “o ser humano genérico” é uma abstração. Este apenas existe historicamente. Nas palavras de EPC:

se considerarmos o homem em si, fora da história e do tempo, o homem eterno, estamos a imobilizar, a petrificar essa estrutura que somente existe como forma latente que nos engendra. Fixar a autêntica estrutura humana é dar-lhe as dimensões do inautêntico. (Coelho, 1972: 56-59)

É nesse sentido que EPC, na esteira de Althusser, denunciava a conceção de “ser [...] genérico”, ou Homem, que Marx, adotando a formulação de Ludwig Feuerbach, empregou nos primeiros escritos. Pelo que num trabalho teórico-científico as premissas *universalistas-essencialistas* “nada significa[m] e tudo compromete[m]” (Coelho, 1972: 59).

A proximidade do ensaísta português aos setores da oposição ao Estado Novo, particularmente ao que viria a constituir a Comissão Democrática Eleitoral, valeu-lhe a proibição, por parte da Polícia de Intervenção e de Defesa do Estado-Direção Geral de Segurança, de lecionar como assistente, a partir de setembro de 1968, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A intervenção de António José Saraiva junto do irmão José Hermano Saraiva, então ministro da Educação Nacional, de nada valeu e EPC partiu nos primeiros dias de novembro para França. Até à substituição de José Hermano Saraiva por José Veiga Simão no ano seguinte, foi leitor na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Aix-Marseille¹.

¹ BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço, datada de 14-12-1969.

Em 1973, no contexto da crítica a uma obra de Jofre Amaral Nogueira, voltava a adivinhar-se a admiração que nutria pelo autor de *Pour Marx*. O então jovem crítico destacava a importância do estruturalismo na crítica à vaga teórica que procurava unir as teorias freudiana e marxista. Nas suas palavras:

Se houve progresso foi no modo como “estruturalismo” impôs uma reformulação simultânea e cúmplice da psicanálise e do materialismo histórico, superando definitivamente os equívocos a que o freudo-marxismo tinha conduzido. (Coelho, 1973: 91)

Numa palavra, a intervenção política e ideológica de EPC até ao fim do Estado Novo caracterizou-se pelo profundo impacto das teses althusserianas. Na verdade, foi através da exposição destas que o crítico se posicionou no palco das principais vagas que então atravessavam o marxismo, entre elas, a estruturalista, a humanista e a freudiana.

O fim do regime ditatorial compreendeu mudanças na intervenção política pública de EPC – que, desde o ano 1970-1971, passara a lecionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aquela deixou de estar direcionada apenas para o debate teórico-filosófico. O seu propósito destinava-se, a partir de então, a questionar muitos dos cânones do movimento comunista e, em última análise, a transformar o Partido Comunista Português (PCP).

À PROCURA DO SOCIALISMO

A rutura histórica introduzida pelo 25 de Abril de 1974 transformou a realidade sociopolítica do país e o campo intelectual (Bourdieu, 1996) não ficou incólume às profundas transformações iniciadas nesta data (Ribeiro, 1993). No caso concreto de EPC, o ensaísta aderiu ao PCP integrando o seu setor intelectual (Carvalho, 2007: 9).

Foi nessa condição que em 1975 visitou a União Soviética. Questionado por uma jornalista sobre a existência de repressão política e cultural naquele país respondeu de forma ambígua:

Se a repressão existe, eu só a posso ver pelo que não vejo. Mas como distinguir entre o que é repressão e o que é privação culturalmente condicionada por séculos de história? Daí que não saiba e não possa responder, sem repetir estereótipos positivos ou negativos que nenhuma experiência vivida fundamenta demasiado. (in Almeida; et al., 1977: 60)

Em 1979, num artigo publicado n’*O Jornal*, EPC justificou a sua passagem pelo PCP com a intenção de “esgotar todas as possibilidades concretas de verificar até que pouco era possível a “eurocomunização”, desdogmatização e desestalinização do PCP” (Coelho, 1979a: 8). No entanto, esse passado parece ser mais complexo.

A adesão ao marxismo (Engels, Lenine, Gramsci e Althusser eram então profusamente citados e utilizados como argumentos de autoridade nos seus artigos), enquadrada, embora, numa base teórica bastante heterodoxa, foi a partir de então evidente. Mas mais do que se apresentar como marxista, EPC mostrava-se absolutamente comprometido com a revolução e, utilizando as suas palavras, com a “luta de classes” (Coelho, 1975d: 114). Foi nesse quadro que em junho de 1975, poucos dias após a manifestação convocada e dirigida pelo Partido Socialista (PS) às portas da redação do jornal *República* (Figueira, 2014), afirmou que “a revolução faz-se [...] por vezes contra antifascistas e homens de esquerda...” (Coelho, 1975a: 7).

Apesar da linguagem *revolucionária e musculada* (que se verificou sensivelmente até à queda do IV Governo Provisório), é possível identificar também uma certa inflexão no que respeita à receção do marxista-estruturalista Althusser. Sintoma dos efeitos que a mudança de conjuntura política trouxe, na transição de 1974 para 1975 a *presença* do autor francês surgiu já não no contexto propriamente filosófico, como antes do 25 de Abril, mas no quadro da sua crítica ao estalinismo (Coelho, 1975d: 49) e no âmbito da sua reflexão sobre a formulação da mensagem política (Coelho, 1975d: 92).

A partir de 1976, poucos meses após EPC abandonar o PCP (o que aconteceu em novembro de 1975), o filósofo francês passou a ser apresentado em diversos artigos como exemplo a seguir pelos intelectuais associados ao

partido de Álvaro Cunhal: *intelectual e comunista, sim, mas crítico dos partidos comunistas europeus e do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)*. Althusser era, então, muito citado a propósito da sua crítica ao regime dirigido por Leonid Brejnev na União Soviética, inclusive em artigos que se debruçavam principalmente sobre a situação política nacional (Coelho, 1976a: 12-13). Noutro, “A referência soviética”, mais especificamente sobre o *socialismo real*, o ensaísta português citava o próprio filósofo: “A linha e o essencial das linhas estalinistas não analisadas prosseguem, tranquilamente a sua carreira na URSS e noutros lugares”. Pior que isso, tanto para Althusser como para EPC, o regime da União Soviética não tinha por fim o “socialismo democrático” (Coelho, 1976b: 40).

Cerca de um ano depois, em 1977, EPC, num momento em que se mostrava cada vez mais inserido no campo *genérico* do socialismo – e não tanto do comunismo – voltava a comparar a sua antiga situação de intelectual *crítico* no PCP, com a de Althusser no PCF (Coelho, 1977c: 35). Assim, mais do que absorver a generalidade dos passos teóricos da obra do filósofo francês, este surgia-lhe como um exemplo de coragem no âmbito da galáxia comunista e marxista. Dizia desta forma:

a importância que atribuo a Althusser vem, não de pensar que ele cobre o campo do pensamento revolucionário, mas de reconhecer a força da sua intervenção no interior da província marxista. (Coelho, 1977d: 31)

A adesão ao PCP não invalidou, no entanto, um diálogo público com organizações socialistas radicais como o Movimento de Esquerda Socialista (MES), a Frente Socialista Popular (FSP) ou o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), que, no seu entendimento, se inscreviam no processo revolucionário. Ao contrário, EPC dirigiu duras críticas ao maoísmo, em particular ao Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), marcado pela “permanência do estalinismo” (Coelho, 1975d: 49), pela “total ausência de pensamento” – ainda que “dissimulada por uma gesticulação exacerbada” (Coelho, 1975d: 58) – e que “na prática” se constituía como “*a margem de uma direita*” (Coelho, 1975d: 53).

Por outro lado, foram evidentes nos seus escritos os ecos das tentativas de renovação que envolveram, então, o marxismo, nomeadamente a partir de autores provenientes das correntes trotskistas e de outros setores da esquerda. Em polémica pública com Eduardo Lourenço sobre a transição para o socialismo e a natureza do regime de *ditadura do proletariado* apontou para o pensamento de Pierre Naville, velho dirigente trotskista francês (Coelho, 1975b: 9), em parte exposto em *La bureaucratie et la révolution. Le salaire socialiste. I- II*.

Noutros textos, estes relativos à reflexão sobre o *socialismo real*, salientava a pertinência das críticas do principal dirigente da IV Internacional Ernest Mandel e do filósofo francês Jean-Paul Sartre aos regimes *socialistas* e convidava os militantes comunistas a pensarem *com* aqueles autores. Dizia desta forma:

[...] abrir as janelas, partir para as questões de rosto descoberto, afrontar claramente a realidade contraditória dos países socialistas, sem afrouxar um só instante na defesa do mundo socialista contra o mundo capitalista, citar Mandel, Sartre e Bettelheim e não fugir destes como vampiros alapardados pelo cheiro a alho, etc., etc. (Coelho, 1975d: 21; sublinhado no original)

Esta posição de EPC apresentava em larga medida uma coincidência com as posições de dois autores que no campo da esquerda, na primeira metade do século, muito refletiram sobre a posição a tomar quanto ao regime totalitário da União Soviética de Estaline, mas que surgiam, então, no debate público como *novidade*: em primeiro lugar, com a orientação política de Leon Trotsky que se traduzia na defesa incondicional daquele país e, simultaneamente, na crítica do seu governo (Trotsky, 2011); em segundo lugar, com a consciência de George Orwell que considerava a “destruição do mito soviético [...] essencial” para o “renascimento do movimento socialista” (Orwell, 1970: 458).

O espectro *trotskista* era visível também no que diz respeito ao seu entendimento sobre a República Popular da China. Afirmava assim:

Como observa Ernest Mandel, “na China – apesar da ‘revolução cultural’ – todas as contradições fundamentais que caracterizam a Rússia de Estaline, de Kruchtchev e de Brejnev subsistem no essencial, não apenas

porque o nível de desenvolvimento das forças produtivas não permite o desenvolvimento das categorias mercantis mas também porque não há qualquer gestão da economia pelos produtores associados” (Du nouveau sur la question de la nature de l’URSS, in IV Internacional, Setembro, 1970). (Coelho, 1975d: 49)

A aproximação às teses trotskistas, relativas à questão do *socialismo real*, ficou também evidente numa entrevista datada de 22 de maio de 1975, inserida no livro *Hipóteses de Abril*: “Quanto à ‘revolução dita cultural’, quanto à democracia política e ao burocratismo, os trotskistas têm dito o essencial [...]” (Coelho, 1975d: 21).

Ainda assim, o legado teórico e político de Trotsky e do trotskismo não explica na totalidade este aspeto da reflexão de EPC – que nunca foi um *trotskyista*. Por exemplo, quando o ensaísta afirmava ao amigo Eduardo Lourenço que “a luta de classes é hoje mundial” e que “muitas revoluções estão ainda por chegar e pensar [...] [e] por imaginar” (Coelho, 1975b: 3), manifestava igualmente – talvez acima de tudo – o cosmopolitismo da sua personalidade, o *universalismo* da chamada *nova esquerda* e o papel da imaginação na transformação das sociedades legado por processos como o Maio de 68.

Após a queda do IV Governo Provisório, em agosto de 1975, verifica-se uma ausência progressiva de autores conotados com a dissidência comunista. EPC passou a ter um registo mais moderado, colocando-se a uma certa distância da política do PCP, considerada por si não só burocrática e sectária, mas também *revolucionarista*. Em outubro de 1975, mostrou-se ao lado do Grupo dos Nove e retomou a tese já avançada depois da queda do IV Governo Provisório de que “ser revolucionário [...] na situação portuguesa atual é defender a consolidação de uma democracia avançada como forma de transição [...] do capitalismo monopolista para o socialismo”². Citando Gramsci, notava que a revolução não pode ser realizada por um simples

² Ainda hoje o conceito de “democracia avançada” é central no programa político do PCP. Ver. Partido Comunista Português, 2013.

golpe (Coelho, 1975c: 2). Poucos dias depois, em 2 de novembro, assumiu a presidência da Direção-Geral de Ação Cultural³. Foi o último ato público enquanto membro do PCP. De acordo com as suas palavras, a 23 de novembro abandonou o partido. (Coelho, 1979: 8)

À PROCURA DE OUTRO SOCIALISMO

Os ecos do eurocomunismo⁴ tiveram muito impacto em EPC. A disponibilidade do crítico literário para leituras menos ortodoxas no seio do movimento comunista internacional favoreceu a sua aproximação à corrente encabeçada por Enrico Berlinguer, do Partido Comunista Italiano, Santiago Carrillo, do Partido Comunista de Espanha e, em menor medida, Georges Marchais, do PCF. A partir do final de 1976 EPC procurou explicar, particularmente através dos seus artigos na revista *Opção*, os predicados do eurocomunismo – que significavam para si, acima de tudo, a *desestalinização*. Apesar de observar que aquela *corrente* que “não é de facto um corpo de doutrina ideológica correspondente a um projeto político estruturado”, considerava-a pelo menos “um *sintoma* [sublinhado no original], uma palavra que assinala uma deslocação de forças e referências” (Coelho, 1976c: 43).

O ano seguinte foi provavelmente aquele em que EPC se mostrou mais próximo daquela vaga. No artigo “Carrillo e o “eurocomunismo””, o crítico literário procurou apresentar o livro *Eurocomunismo y estado*, do dirigente espanhol, não como uma obra que vinha “impor novos dogmas ou caminhos indiscutíveis”, mas, sim, “abrir um debate”. Não apenas em Espanha, mas também em Portugal. As suas palavras são elucidativas:

³ Organismo subordinado à Secretaria de Estado da Cultura, então tutelada por David Mourão Ferreira ([s. a.], 1975: 3).

⁴ Mais do que uma ideologia política facilmente definida, compreende-se o eurocomunismo enquanto *processo* comum a muitos partidos comunistas – ainda que dirigido principalmente pelo Partido Comunista Italiano e pelo Partido Comunista de Espanha – que acentuou o “autonomismo [em relação ao PCUS], como escolha da estratégia peculiar a cada país”, e o “reformismo, como rejeição do modo leninista de conquista do poder” (Bobbio; et al., 1998: 450-456).

E é na mesma intenção de ouvir, refletir, abrir um debate, que eu me encontrei numa tarde madrilena a ouvir Carrillo, e que registei as suas palavras para continuar o debate aqui. Está aberto, espero. (Coelho, 1977b: 49)

A perspetiva positiva relativamente ao eurocomunismo acabou, contudo, por ir desvanecendo. Desse facto não estiveram desligados outros: a queda eleitoral dos partidos *eurocomunistas* e a perda significativa de militantes da generalidade dos maiores partidos comunistas ocidentais. Em 1978, num artigo publicado n’*O Jornal*, o crítico literário afirmava que aquela corrente política era “confusa, vaga, de indevida proveniência geográfica, a designar mais um desejo do que uma realidade”. No final do artigo o autor questionava-se para logo responder: “Faz sentido hoje em Portugal “ser eurocomunista”? Relativamente pouco” (Coelho, 1978b: 10). Dois anos mais tarde, em 1980, numa entrevista concedida ao jornal *Portugal Hoje*, assinalava já: “o eurocomunismo [não] era algo de minimamente consistente” (Coelho, 1980: 13).

Refira-se que, depois de romper com o partido de Cunhal, EPC procurou construir alternativas políticas ao PS e ao PCP com antigos militantes do MES e da FSP: a partir de março de 1976, no Grupo de Intervenção Socialista (GIS)⁵ e, mais tarde, a partir de janeiro de 1978, na União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS). Apesar de ser membro da Comissão Diretiva Provisória do GIS, EPC rapidamente se desconvenceu daquele projeto político – que na sua maioria acabou por integrar o PS (Durão, 2002: 160) – e prosseguiu a sua odisseia política, a partir de então quase sempre acompanhando o amigo Eduardo Lourenço.

A rutura de EPC com o PCP aprofundou a perspetiva crítica em relação à União Soviética. Afastando-se da posição *trotskista*, EPC aproximou-se de caracterizações que coincidiam com as do comunista dissidente Bruno Rizzi que, no final da década de 1930, considerava o estado soviético de *coletivista burocrático* (Rizzi, 1983). Assim, em 1976, o ensaísta caracterizava aquele

⁵ Ao contrário do que afirma a jornalista do *Público* Catarina Gomes (2007), Eduardo Prado Coelho não adere ao PS no seguimento do 25 de Novembro.

regime como um “coletivismo de Estado” (Coelho, 1976b: 19). Em 1977, comparava-o já ao que considerava ser a “fêroz” e “inimaginável ditadura ideológica” vivida na China (Coelho, 1977a: 26). Em junho de 1978, o Estado com origem na Revolução de Outubro era, então – citando Etienne Balibar – “um tecnocratismo albardado de repressão e de propaganda” (Coelho, 1978c: 7).

Naquele ano, EPC partiu para a UEDS, constituída, em larga medida, pelo grupo de socialistas liderado por António Lopes Cardoso⁶, que, pela *esquerda*, havia rompido com PS. O entusiasmo inicial de EPC com o novo projeto político foi tal que esteve à frente do seu órgão, a *Abril. Revista de Reflexão Socialista*. Mas a publicação – tal como o partido – rapidamente se tornou uma empresa precária. Desanimado e considerando *Abril* “um projeto extremamente desamparado”, pediu desesperadamente a colaboração de João Martins Pereira e de Eduardo Lourenço. Ao primeiro suplicou:

Toda a [...] colaboração, toda a colaboração que possa obter ou queira sugerir, todas as iniciativas que julgue útil propor – serão contribuições preciosas para uma revista que pretende dar uma imagem viva de uma Esquerda por vezes demasiado adormecida ou entorpecida⁷.

Ao segundo lamentava a “enorme escassez de textos de qualidade” e a patente abstenção dos seus camaradas que, para além de escreverem “muito pouco”, faziam-no sem grande preparação. Assim, repetia o pedido feito a Martins Pereira desta vez a Eduardo Lourenço: “[...] lanço um novo apelo: seja sobre que tema for, não deixe de nos enviar regularmente colaboração”⁸.

⁶ António Lopes Cardoso tinha sido ministro da Agricultura e Pescas do Primeiro Governo Constitucional, liderado pelo PS. No entanto, por discordar com as novas políticas do governo para agricultura – que previa o retrocesso das políticas associadas à Reforma Agrária –, demitiu-se do cargo governamental, abandonou o PS e fundou a UEDS.

⁷ PT/CD25AUC/F150 João Martins Pereira /SC2 Atividade Privada /SSC 2.1 Vida Pessoal/SR 1 Correspondência/ Carta de Eduardo Prado Coelho para João Martins Pereira, datada de 18-04-1978.

⁸ BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço, datada de 04-03-1978.

Em carta enviada a Lopes Cardoso, notava: “Creio que é evidente para todos nós que ficámos aquém – significativamente aquém – do que eram as nossas expectativas quando em janeiro de 1978 fundámos a UEDS”⁹. Frustrado com a falta de atividade dos seus camaradas, com a orientação política do partido e também com seu alcance social e eleitoral, em abril de 1979, seguiu o exemplo de Eduardo Lourenço e abandonou a UEDS.

A partir de então, o PS, tantas vezes por si criticado durante os *anos quentes* da revolução, passou a ser olhado com interesse. Ao autor de *Heterodoxia* contou:

[...] tenho mantido conversas simultaneamente com os ex-GIS [então no PS] e com o António Reis sobre *as vantagens e as desvantagens* de uma possível adesão ao PS – *com toda a consciência do que existe de extremamente aventureiro nisso*. Penso hoje que a alternativa é ou o completo abandono da vida política ou a ligação ao PS em termos de “dependente” ou “independente”. Toda a questão está em saber se se poderá reforçar um pouco o crescente *lado esquerdo* do PS [sublinhado no original]¹⁰.

As palavras e as atitudes políticas de EPC não devem ser descontextualizadas. Os últimos anos da década de 1970 e o início da década seguinte foram marcados pelo refluxo *revolucionário* em todo o mundo, pelo recuo de alguns setores da esquerda partidária e por uma nova fase de reflexão teórica, com origem no próprio campo da esquerda que procurou refutar muitas premissas da esquerda, do socialismo e do marxismo. A esse respeito, note-se, por exemplo, a publicação sucessiva de obras de grande impacto como *La condition postmoderne*, de François Lyotard, *Mort d'une gauche* e *L'après-socialisme*, de Alain Touraine, *Adieux au prolétariat*, de André Gorz.

⁹ PT/CD25AUC/F307 A. Lopes C./M. Fernanda/SC2 Act. Privada/Militante da UEDS/CPN - Doc Div/ Carta de Eduardo Prado Coelho para António Lopes Cardoso, sem data.

¹⁰ BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço, datada de 26-04-1979.

As expectativas de efetivas reformas políticas no campo do *socialismo real* também se tornavam cada vez mais difíceis de sustentar. A “corrupção”, a “burocracia” e a “incompetência” pareciam ser centrais no “sistema de [...] nepotismo e suborno” da era de Brejnev. Além disso, os indicadores económicos e sociais também obrigavam a uma análise cautelosa, longe das euforias de outrora. A taxa de crescimento económico diminuía constantemente ao longo da década de 1970 e a própria esperança média de vida “de vez em quando chegava a cair” (Hobsbawm, 2017: 459-461).

O próprio EPC refletiu sobre os fatores que provocaram aquilo que genericamente se pode designar de *recuo ideológico da esquerda*:

A dramática experiência chilena, o desenlace do processo revolucionário português, os resultados da União de esquerda em França, a falência da mística maoísta, a deterioração do sistema ideológico soviético, a estagnação da luta revolucionária na América Latina ou a evolução do Camboja, eis um conjunto de dados que não permitem a quem quer que seja na Esquerda – a não ser aos imbecis – a mínima euforia. (Coelho, 1978a: 1)

Assumindo contornos de reciprocidade com o acima descrito, assistia-se ao início do aparente triunfo da “apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo, e da mercantilização das relações sociais, da ‘cultura de massas’ e dos seus “imaginários sociais individualistas, privatistas e consumistas” e da progressiva ascensão dos partidos liberais e conservadores (Santos, 2013: 39). Numa palavra, o campo dos possíveis reduzia-se.

À PROCURA DO POSSÍVEL

No seguimento do III Congresso do PS, em março de 1979, e das eleições legislativas que deram a vitória à Aliança Democrática, em outubro de 1980, aderiu àquele partido – mantendo, no entanto, grandes reservas relativamente a Soares e ao modo como este atuava na cena política nacional. No contexto da pré-campanha eleitoral das presidenciais de 1980, em carta enviada a

Eduardo Lourenço, datada de 26 de outubro de 1980, referia-se a Soares nos seguintes termos:

A atitude tão louvadamente ética do nosso Soares é [...] de uma pulhice considerável. [...] O espetáculo do “soarismo” é-me algo nauseante. [...] [H]á nesta jogada de Soares qualquer coisa de perfídia abjeta que me deixa gelado.¹¹

Todavia, reconhecia nos partidos socialistas, entre eles o português, o “lugar político capaz de configurar *um projeto de sociedade livre*”, “de um socialismo democrático”. Onde, “ficar de fora [do PS] à espera do impossível é eticamente insustentável” (Coelho, 1980: 12).

O abandono da UEDS coincidiu com o crescente questionamento do marxismo enquanto ferramenta fundamental de teoria e prática na interpretação e transformação do real. Em 1980, as dúvidas haviam-se dissipado:

Todo o pensamento revolucionário [...] se faz hoje, não contra o marxismo [...], mas à *margem do marxismo* [sublinhado no original]. [...] E creio pessoalmente que pensar hoje a esquerda e o socialismo, pensar no sentido forte e revolucionário, é pensar tudo isso à *margem do marxismo* [sublinhado no original], utilizando o seu saber [...] como se utilizam outras formas de saber, mas tendo consciência de que aquilo que une, mobiliza e empolga política e radicalmente não tem nada a ver com a referência ou inspiração marxista. (Coelho, 1980: 12)

Em 1983, numa nova entrevista, então ao *Expresso*, admitia mesmo que “a aplicação do marxismo tenderá sempre a ser autoritária” (Coelho, 1983: 31-R). Alguns meses depois, no artigo “A política dos rios”, reforçou a crítica ao marxismo, apresentando-o não só como um embrião de modelos

¹¹ BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço, datada de 26-10-1980.

autoritários, mas, mais do que isso, de regimes totalitários. Num comentário ao neorrealismo questionava retoricamente:

Mas o mais interessante é verificar que, nesta perspetiva [do neorrealismo], o marxismo surge *como visão do mundo na sua totalidade*. Será estranho que esta constante *aspiração ao Todo* transporte em si *um modelo totalitário* de sociedade? (Coelho, 1984a: 53; sublinhados no original)

A caracterização da União Soviética ganhava, então, novos elementos. Àquele país não era apenas associado o autoritarismo, mas o totalitarismo. Impactado com os escritos de Cornelius Castoriadis, EPC acabou, em 1981, por caracterizar finalmente a União Soviética e os regimes políticos associados ao Pacto de Varsóvia como regimes militares – “stratocracias” – de que o golpe de Estado de Wojciech Jaruzelski, “conduzido segundo todos os preceitos formais dos golpes de Estado militares de teor fascista”, era prova (Coelho, 1981: 29-R).

A democracia, antes secundarizada pela luta de classes, e a sua salvaguarda passaram a ser então as razões principais da intervenção política de EPC. Ao mesmo tempo, as fronteiras do que considerava ser o campo da esquerda foram tornando-se menos rígidas e o ensaísta foi deslocando-se no espectro político acabando por integrar, em 1980, a *Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes*¹². As suas críticas ao então Presidente da República não invalidaram o seu apoio ao designado *eanismo*, figurando o crítico literário entre os seus principais promotores.

A transformação da própria ideia de *esquerda* também se verificava noutros âmbitos. Questionado pelo *Expresso*, em 1982, sobre o que significava ser daquele campo político, o ensaísta respondeu: “ser de esquerda é não ser de direita”. Esta frase antitética manifestava então a sua dificuldade, não apenas em definir um campo ideológico que era o seu, mas também o que entendia ser a ideologia de direita, que nas suas palavras era entendida da seguinte forma:

¹² BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço, datada de 14-10-1980.

toda ou qualquer prática ou discurso que vise limitar o campo dos possíveis [...], qualquer procedimento que pretenda, em nome de um princípio maior (Deus, Pátria, Família, Autoridade), em nome de algo que me transcenda, reduzir o espaço da minha capacidade de autodeterminação [...]. (Espada, 1982: 33-R)

Como as investidas partidárias anteriores, também a adesão ao eanismo teve um fim. Em agosto de 1985, EPC, acompanhando novamente Lourenço, afastou-se do recém-criado partido eanista, o Partido Renovador Democrático (PRD)¹³ – semanas antes de este conseguir cerca de 18% nas eleições legislativas de outubro. No rescaldo da rutura com o PRD, ainda em 1985, EPC voltou a empenhar-se politicamente, desta vez, na candidatura presidencial de Maria de Lourdes Pintasilgo, ocupando cargo diretivo na campanha. No entanto, no seguimento da derrota de Pintasilgo e da vitória, na segunda volta, de Soares, EPC regressou ao PS – tornando-se membro do seu Conselho Nacional – e iniciou colaboração na revista *Risco* dirigida por antigos militantes maoístas convertidos ao liberalismo, como João Carlos Espada e José Pacheco Pereira¹⁴. Não por acaso, a reflexão de EPC era então marcada por autores liberais como John Rawls e Norberto Bobbio e socialistas moderados como Michel Rocard e Felipe Gonzalez (Coelho, 1986a: II-III). O marxismo, “*enquanto teoria viva*”, tinha acabado (Coelho, 1986b: 9; sublinhado no original).

CONCLUSÃO

A sinuosidade política e ideológica de EPC não passou despercebida a muitos dos seus pares, entre eles Martins Pereira que no polémico livro *No*

¹³ BNP Esp. E71. Carta de Eduardo Prado Coelho enviada a Eduardo Lourenço datada de 15-04-1985.

¹⁴ Estes intelectuais portugueses apresentavam um percurso idêntico ao dos *novos filósofos* e antigos maoístas franceses Bernard-Henri Lévi e André Glucksmann.

reino dos falsos avestruzes, de 1983, referiu-se ao crítico literário como “o inconstante E. P. Coelho” (Pereira, 1983: 63). Um ano depois, em entrevista ao *Expresso*, o próprio EPC reconheceu em si as suas derivas, a sua sensibilidade ao “ar do tempo” (Coelho, 1984b: 38-R).

Deve-se, no entanto, notar que a *dissidência política* de EPC teve como paralelo – ou razão – uma *heterodoxia teórica*. Quando, em 1972, na introdução do seu livro *O reino flutuante*, o crítico literário referiu que se enquadrava “num espaço dominado por Nietzsche, Marx e Freud, e subvertido pelo impacte “estruturalista” derivado de Saussure” (Coelho, 1972: 11), não expunha apenas o aparelho categorial da sua crítica literária. Na verdade, sinalizava desde logo o seu território matricial e um “desejo de viagem” – para utilizar a feliz expressão de Michel Onfray – através do qual os diversos deslocamentos teóricos e políticos podem também ser entendidos como uma certa “paixão pela mudança” (Onfray, 2009: 9-12).

Por fim, deve compreender-se a dissidência de EPC, não só no âmbito geral da crise de referências ideológicas e políticas do campo da esquerda ao longo da segunda metade do século XX – particularmente após o XX Congresso do PCUS, a invasão da Hungria, em 1956, a invasão da Checoslováquia, em 1968 –, mas também no quadro da evolução da realidade política e económica nacional após o 25 de Abril, desde então marcada por sucessivas crises e pela compreensão da inclusão de interesses estranhos às camadas populares entre os partidos que as pretendiam representar. Nesse sentido, o percurso errante de EPC não foi apenas e só o percurso de um intelectual, entre muitos, à procura de um modelo de sociedade mais justo e dos meios mais eficazes de o construir. Foi também o caminho de um *nómada intelectual* muito particular marcado pela confrontação das suas sucessivas desilusões.

BIBLIOGRAFIA

- [s. a.] (1975). Eduardo Prado Coelho diretor-geral da Acção Cultural. *A Capital*, 2.^a s., ano 7, 2374, 3-11-1975, 3.
- Almeida, António Vitorino de; et al. (1977). *Portugueses na URSS*. Lisboa: Caminho.

- Bobbio, Norberto; et al. (1998). *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale; Gaetano Lo Mónico; João Ferreira; Luís Guerreiro Pinto Cascais; Renzo Dini. Coord. João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bourdieu, Pierre (1996). *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, Mário de (2007). Um miúdo porreiro. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano 27(963), 9.
- Coelho, Eduardo Prado (1968). Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In Eduardo Prado Coelho (Org.), *Estruturalismo. Antologia de textos teóricos* (I-LXXV). Lisboa: Portugália.
- (1972). *O reino flutuante. Exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70.
 - (1973). [crítica a] Um humanismo à nossa medida. *Colóquio. Letras*, 12, 91-92.
 - (1975a). Antifascista. Homem de esquerda. *A Capital*, 2.^a s., ano 8(2 555), 7.
 - (1975b). Carta aberta a Eduardo Lourenço (3). *Jornal Novo*, ano 1(100), 3.
 - (1975c). Dezoito meses depois. *O Jornal*, ano 1(24), 2.
 - (1975d). *Hipóteses de Abril*. Lisboa: Diabril.
 - (1976a). Seis teses sobre a conjuntura eleitoral. *O Jornal*, ano 1(60), 12-13.
 - (1976b). A referência soviética. *Opção*, ano1(29), 40.
 - (1976c). As grandes manobras. *Opção*, ano1(35), 43.
 - (1977a). A crise. *Opção*, ano 1(48), 26.
 - (1977b). Carrillo e o “eurocomunismo”. *Opção*, ano 2(60), 49.
 - (1977c). A vaca fria. *Opção*, ano 2(68), 35.
 - (1977d). Bilhete de não-identidade: ser ou não-ser marxista. *Opção*, ano 2(69), 31.
 - (1978a). O Abril de Abril. *Abril. Revista de Reflexão Socialista*, 3, 1.
 - (1978b). Questões sobre o eurocomunismo. *O Jornal*, ano 3(157), 10.
 - (1978c). O fundo da questão. *O Jornal*, ano 4(163), 7.
 - (1979a). O PS, a UEDS e a esquerda portuguesa. *O Jornal*, ano 4(205), 8.
 - (1979b). Contra os formalismos fósseis. *O Jornal*, ano 5(244), 14.
 - (1980). A aliança PS-PC é uma impossibilidade estrutural. *Portugal Hoje*, ano 1(351), 12-13, 16.
 - (1981). Militares e militantes: perante a guerra. *Expresso*, 477, 29-R.
 - (1983). Já não há um pensamento marxista. *Expresso*, 540, 30-31R.
 - (1984a). *A mecânica dos fluidos. Literatura, cinema, teoria*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
 - (1984b). Escrever para uma imensa minoria. *Expresso*, 632, 38-R.

- (1986a). O 25 de Abril foi a apoteose mortal do imaginário marxista. *Diário de Notícias. Destacável*, ano 122(42 659), I-IV.
- (1986b). Porquê renovar a esquerda?. *O Jornal*, 573, 9.
- (1994). A vida num barómetro. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano 16(661), 4-10.
- (1997). To be european. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano 17(704), 46.
- (2008). *Tudo o que não escrevi. Vol. I*. Porto: Asa.
- Coelho, Jacinto do Prado (Dir.) (2002). Coelho, Eduardo Prado. *Dicionário da Literatura. Atualização. Vol. I*. (224-225). Lisboa: Figueirinhas.
- Durão, Vasco (2002). *Intervenção socialista. História e política de uma elite de esquerda (1958-1978)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Espada, João Carlos (1982). Inquérito. Ser de esquerda hoje. *Expresso. Revista*, 523, 31-33-R.
- Figueira, João (2014). Caso *República*. A morte de um jornal cansado de lutar. In Inácia Rezola; Pedro Marques Gomes (Coord.), *A revolução nos média* (53-78). Lisboa: Tinta-da-China.
- Gomes, Catarina (2007). Um homem de esquerda com flutuações. *Público*, 26-08-2007.
- Hobsbawm, Eric (2017). *A era dos extremos. A história do século XX. 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Lisboa: Presença.
- Lourenço, Eduardo (2013). *Os militares e o poder*. Lisboa: Gradiva.
- Onfray, Michel (2009). *Teoria da viagem. Poética da geografia*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&LM.
- Orwell, George (1970). *Collected essays, Journalism and letters. Vol. 3*. London: Penguin Books.
- Partido Comunista Português (2013). *Programa e estatutos*. Lisboa: Edições “Avante!”.
- Pereira, João Martins (1983). *No reino dos falsos avestruzes. Um olhar sobre a política*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Real, Miguel (2008). *Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa*. Matosinhos: Quidnovi.
- Reis, António; et al. (Coord.) (2016). *Dicionário de história de Portugal. O 25 de Abril. Vol. 2*. Porto: Figueirinhas.
- Ribeiro, António Sousa (1993). As configurações do campo intelectual português no pós-25 de Abril: o campo literário. In Boaventura Sousa Santos (Org.), *Portugal: Um retrato singular* (481-512). Porto: Afrontamento.
- (2013). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Coimbra: Almedina.
- Trotsky, Leon (2011). *Em defesa do marxismo*. Trad. Luís Carlos Leiria; Elisabeth Marie. São Paulo: Sundermann.
- White, Kenneth (2008). *O espírito nómada*. Trad. Luís Nogueira. Porto: Deriva.

DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Arquivo António Lopes Cardoso/Maria Fernanda Lopes Cardoso, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Arquivo João Martins Pereira, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

Biblioteca-arquivo Eduardo Prado Coelho, Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão

Espólio de Eduardo Lourenço, Biblioteca Nacional de Portugal.

